



CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Julgados

Aditamento de Contrato de Supervisão de Obras (Gestão da Logística)

[Acórdão 2391/2025 Plenário](#). O aditamento de contrato de supervisão de obras além do limite legal de 25% afronta o art. 65, § 1º, da [Lei 8.666/1993](#) e o art. 125 da [Lei 14.133/2021](#), ainda que tal aumento seja consequência de prorrogação de prazo na execução da obra supervisionada, devendo-se adotar medidas tempestivas com vistas à realização de nova contratação, ressalvada a inequívoca comprovação de desvantajosidade da medida, que deve ser devidamente justificada.

Anulação de Dispensa de Licitação (Gestão da Logística)

[Acórdão 2446/2025 Plenário](#). Em caso de anulação de dispensa de licitação realizada na forma eletrônica (dispensa eletrônica), a ausência de abertura de prazo para os interessados apresentarem recurso contra a decisão de anulação afronta o art. 165, inciso I, alínea “d”, da [Lei 14.133/2021](#).

Vedação à Subcontratação (Gestão da Logística)

[Acórdão 2450/2025 Plenário](#). A vedação à subcontratação (art. 122, § 2º, da [Lei 14.133/2021](#)) sem a devida justificativa no estudo técnico preliminar ou no termo de referência contraria os princípios da motivação e da transparência, previstos no art. 5º da mencionada lei.

Manutenção do Sigilo após a Fase de Lances (Gestão da Logística)

[Acórdão 2468/2025 Plenário](#). Nas licitações regidas pela [Lei 13.303/2016](#) (Lei das Estatais) cujo orçamento estimado da contratação tenha caráter sigiloso, é irregular a manutenção do sigilo após a fase de lances, por afrontar os princípios da eficiência, da transparência, da publicidade, da razoabilidade e do interesse público. O sigilo do orçamento tem como objetivo principal estimular a máxima competitividade na fase de apresentação de propostas e lances, evitando que a disputa de preços se prenda ao valor de referência definido pela Administração; todavia, após esse momento, a manutenção da confidencialidade pode se tornar obstáculo a uma negociação eficiente e informada, aumentando o risco de contratações menos vantajosas.



Normativos

Presidência da República/Casa Civil/Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos

Sistema de Compras Expressas (Sicx) na contratação de bens e serviços comuns padronizados (Gestão da Logística)

[Lei nº 15.266, de 21/11/2025](#). Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), para prever o uso do Sistema de Compras Expressas (Sicx) na contratação de bens e serviços comuns padronizados.

Dúvidas podem ser dirimidas junto à CGORI/CISET pelo e-mail cgori@defesa.gov.br